



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social: Formação profissional do(a) Assistente Social

**O Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres  
Técnicos (LABESP): contribuições à formação profissional em  
Serviço Social**

Thaís Viana Figueira<sup>1</sup>  
José Fernando Siqueira da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho sistematiza o projeto de ensino desenvolvido na supervisão de estágio em Serviço Social no Centro Jurídico Social da UNESP. Parte-se da hipótese de que o ensino da prática na graduação tem menos ênfase se comparado às dimensões teórica, metodológica e ético-política, prejudicando o exercício da práxis no exercício profissional. O percurso metodológico pressupõe revisitar o processo de trabalho do Serviço Social na unidade, considerando a interdisciplinaridade, para, então, conceituar o LABESP, analisando a avaliação dos estagiários a respeito do projeto a partir de uma abordagem quanti-qualitativa. Conclui-se que tal proposta vem contribuindo significativamente à formação do assistente social.

**Palavras-chave:** formação profissional; serviço social; supervisão de estágio; interdisciplinaridade; ensino-aprendizagem.

**Abstract:** This paper systematizes the teaching project developed in the supervision of an internship in Social Work at the Social Legal Center of UNESP. It is based on the hypothesis that the teaching of practice in undergraduate courses has less emphasis compared to the theoretical, methodological and ethical-political dimensions, having negative impacts on the exercise of praxis in professional practice. The methodological path presupposes revisiting the Social Work job process in the unit, considering interdisciplinarity, to then conceptualize LABESP, analyzing the interns' evaluation of the project from a quantitative-qualitative approach. It is concluded that this proposal has contributed significantly to the training of social workers.

**Keywords:** professional qualification; social work; internship supervision; interdisciplinarity; teaching-learning.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca sistematizar o Laboratório de Elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos (LABESP) enquanto projeto de ensino-aprendizagem idealizado e desenvolvido no âmbito da supervisão de estágio em Serviço Social na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” (UACJS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

---

<sup>1</sup> Assistente social e supervisora de estágio na Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” da FCHS/UNESP. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP. E-mail: thaís.figueira@unesp.br.

<sup>2</sup> Professor titular no Departamento de Serviço Social da FCHS/UNESP e docente permanente no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da FCHS/UNESP. Orientador acadêmico pelo PPGSS da FCHS/UNESP. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br.



(FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca/SP.

Antes de tudo, faz-se importante situar a unidade auxiliar em questão, território dessa observação empírica que presta serviços sociojurídicos à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Franca/SP e região. Isso, pois, além da prestação de serviços à comunidade, que se dá através da viabilização do seu acesso a ações cíveis (especialmente de família) e previdenciárias por meio da assistência judiciária gratuita, a UACJS<sup>3</sup> é um campo de estágio supervisionado para discentes dos cursos de graduação em Serviço Social e Direito da FCHS/UNESP. Esse espaço proporciona o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre ambas as áreas do saber, partindo do pressuposto de que a articulação de saberes jurídicos e técnico-sociais é imprescindível à formação profissional dos estudantes, assim como é fundamental no atendimento às demandas dos(as) usuários(as) e suas famílias numa perspectiva de totalidade.

Com base na experiência profissional vivenciada na UACJS como assistente social e supervisora de estágio, observa-se que, embora a relação tridimensional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) esteja posta, o ensino da competência técnico-operativa ainda figura menos protagonismo na formação profissional. Bessa (2009, p. 72), traz essa questão para o debate, concluindo que os relatos apresentados pelas assistentes sociais entrevistadas em sua pesquisa “apontam para uma fragmentação do ensino na graduação, tendo em vista a ênfase do ensino da dimensão teórica em detrimento do ensino da prática, sinalizando para um ensino deficitário da dimensão técnica”. É importante lembrar que

[...] a determinação fundamental do modo de ser do Serviço Social não reside no seu estatuto teórico e sim nas respostas que a profissão engendra em face dos projetos sócio-políticos que a ela se interpõe. [...] A vinculação do assistente social aos projetos políticos das classes trabalhadoras é uma mediação necessária à passagem para as formas de intervenção que efetivamente rompem com as perspectivas modernizadoras e conservadoras da profissão (Guerra, 2009, p. 174-176).

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido vem possibilitando identificar as necessidades relacionadas à aprendizagem do(a) discente de Serviço Social e, ainda, confirmar a presente hipótese: na graduação existe uma centralidade no ensino do conhecimento teórico em detrimento do conhecimento prático, realidade que, ainda que afirmada e naturalizada por alguns como “característica da profissão”, precariza a formação

---

<sup>3</sup> A UACJS fundamenta-se no tripé de ensino, pesquisa e extensão, enquanto atividade-fim, desenvolvendo diversas pesquisas, oficinas e eventos científicos a fim de promover um processo de ensino-aprendizagem qualitativo aos(às) discentes/estagiários(as). Assim sendo, esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do “Núcleo Sociojurídico de Ensino, Pesquisa e Extensão” (NEPEXT-UACJS), grupo de estudos e pesquisas desenvolvido no espaço do Centro Jurídico Social da FCHS/UNESP.



e dificulta qualquer perspectiva de práxis no futuro exercício do Serviço Social, o que pode ser determinante na viabilização do acesso da população aos seus direitos.

Ressalta-se que o objetivo não é caminhar para a tecnificação da profissão, nos moldes conservadores de vertente positivista que tanto se busca superar desde o movimento de intenção de ruptura do Serviço Social e atualização do currículo em 1982. Pelo contrário, a tendência aqui defendida é aquela que, necessariamente, nega-se a atender exclusivamente as exigências do mercado de trabalho, mas as reconhece como fatores condicionantes do contexto da prática do(a) assistente social e, nesse sentido, exige que a dimensão técnico-operativa tenha tanta ênfase na formação quanto às dimensões teórica, metodológica, ético e política com respaldo na teoria social crítica.

Sabe-se que a supervisão de estágio deve permitir ao estudante o desenvolvimento de sua autonomia profissional, tal como sua capacidade para “investigar o campo, analisá-lo criticamente, problematizar o contexto socioinstitucional e o significado sócio-histórico do trabalho profissional, desenvolver capacidade argumentativa e vislumbrar estratégias de enfrentamento e resistência” (Santos, Backx e Guerra, 2017, p. 67 a 68). Portanto, durante o processo de supervisão, foi exigido um rigoroso aprofundamento teórico, conceitual e prático quanto à dimensão técnico-operativa do Serviço Social, em sua articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, considerando a instrumentalidade da profissão e os pressupostos do Projeto Ético-Político profissional.

Parte-se da ideia de que o exercício da práxis, enquanto unidade indissolúvel de teoria e prática, é indispensável ao exercício qualitativo do Serviço Social, sendo exigido “um intenso rigor teórico e metodológico, que permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência” (Jesus, 2012, p. 31). Nesse prisma, objetivando refletir com os alunos a práxis, os conhecimentos acerca da instrumentalidade do Serviço Social e a elaboração dos instrumentos técnicos que dão visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social, foi necessário pensar estratégias socioeducativas para potencializar o processo de formação no espaço sócio-ocupacional da UACJS, idealizando-se o LABESP. Trata-se de um projeto de ensino-aprendizagem, direcionado aos estagiários de Serviço Social da UACJS, com o fim de viabilizar troca de saberes, discussões e debates, além do exercício da práxis na perspectiva crítica, a partir da articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que fundamentam o fazer profissional. A metodologia utilizada nos encontros do LABESP será tratada no desenvolvimento desta escrita.

Assim sendo, objetiva-se, a partir do presente trabalho, desencadear um processo reflexivo sobre a supervisão de estágio em Serviço Social na unidade, considerando, também, a dimensão interdisciplinar com o campo do Direito, a fim de identificar fragilidades e potencialidades na metodologia utilizada no cotidiano laboral, assim como no LABESP,



contribuindo para a construção de conhecimento teórico-metodológico na qualificação da formação profissional e na busca pela afirmação do Estado Democrático de Direito.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Considerando que este trabalho busca “ter uma compreensão mais profunda da experiência, com o fim de melhorar a nossa prática e transformá-la”, assim como “enriquecer a reflexão teórica a partir dos conhecimentos que surgem das práticas concretas” (Holliday, 2006, p. 232-234), faz-se necessário revisitar o processo de trabalho do Serviço Social na UACJS, compreendendo a dinâmica interdisciplinar no cotidiano laboral para, então, “tirar lições da experiência [...] com base em uma postura epistemológica” (Ibidem, p. 231).

Sabe-se que, “no âmbito da pesquisa empírica, o ‘dado’ não é dado, e sim construído” (Villas Boas Filho, 2019, p. 546). Portanto, a sistematização do processo da supervisão de estágio e do LABESP possibilitará realizar uma leitura crítica atual do processo de ensino-aprendizagem que se dá no contexto da UACJS. Para tanto, o caminho metodológico a se seguir pressupõe uma pesquisa bibliográfica para conceituar a dimensão interdisciplinar no referido espaço, bem como revisitar a prática cotidiana do Serviço Social, a partir de documentos e relatórios de trabalho, e, então, explanar sobre o LABESP de forma a conceituá-lo, analisando a avaliação dos(as) estagiários(as) a respeito do referido projeto, anonimamente, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa.

### **2.1 A dimensão interdisciplinar no espaço sociojurídico da UACJS**

O trabalho desenvolvido no Centro Jurídico Social é, historicamente<sup>4</sup> e fortemente, marcado pela “interdisciplinaridade” entre os campos do Serviço Social e do Direito. Materializa-se nos atendimentos prestados à população que são realizados conjuntamente entre profissionais/estagiários(as) de ambas as áreas, nas reuniões da equipe técnica (composta por assistentes sociais e advogadas), no estágio supervisionado, nas discussões de caso, assim como no seu acompanhamento processual/social etc. Nesse contexto, a troca de saberes é constante e integrada no cotidiano, sendo parte essencial do atendimento aos objetivos centrais que direcionam as atividades da UACJS: uma formação profissional que permita aos(às) estagiários(as) o exercício da práxis na perspectiva crítica; o atendimento à população demandária dos serviços sociojurídicos prestados; o desenvolvimento de pesquisas, oficinas de formação, eventos científicos e extensão universitária; entre outros não menos importantes. Portanto,

---

<sup>4</sup> A Unidade Auxiliar “Centro Jurídico Social” foi instituída em 1990 na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, campus de Franca/SP.



ao percebermos a interdisciplinaridade como um processo social, vamos entender que está no seu movimento a busca, o ato de se aproximar, ou ainda integrar as fronteiras disciplinares, mediante um objetivo em comum. Pensamos que ao concretizar esta relação de aproximação e interlocução com outras áreas do saber, através do estabelecimento de um diálogo vislumbra-se a possibilidade concreta de construir novos conhecimentos com bases mais ampliadas, de forma que uma prática interdisciplinar possa ser capaz de lidar com mais competência com a amplitude das questões apresentadas. Assim, o trabalho interdisciplinar se torna fundamental em qualquer área de atuação, e em especial no espaço sociojurídico (Faria, 2010, p. 133)

A partir dessa lógica, é possível observar que o objetivo em comum entre o Serviço Social e o Direito na unidade é atender às demandas jurídico-sociais de forma que promova aos(às) usuários(as) e famílias o acesso à Justiça e aos direitos constitucionais previstos, visando a emancipação humana. Para tanto, a interdisciplinaridade é fundamental, pois o conhecimento fragmentado não permitiria desvelar as demandas apresentadas em sua essência. Isso, pois, num primeiro momento, a população apresenta as suas necessidades jurídicas à equipe, como, por exemplo: uma família monoparental que precisa regulamentar a pensão alimentícia de direito das crianças e adolescentes. Aparentemente, o atendimento a essa demanda seria simplesmente propor uma Ação de Alimentos, porém, quando há a integração do saber jurídico com o saber técnico-social, a partir do Estudo Social realizado pela equipe do Serviço Social, é possível fazer uma leitura crítica daquela realidade e compreender que tais demandas jurídicas são, em essência, determinadas por fatores sociais. Lembrar-se-á que o Estudo Social se trata de um

processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional - especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais (Fávero, 2014, p.53).

De acordo com Villas Bôas Filho (2019, p. 546), diante de um contexto social hipercomplexo, as ciências sociais podem ser caracterizadas como instrumentos de “vigilância epistemológica”, sendo que “[...] ao interagirem no âmbito dos ‘estudos sociojurídicos’, concebido como um campo aberto para a investigação interdisciplinar, fazem-se fundamentais”.

No espaço sociojurídico da UACJS, tem-se a “interdisciplinaridade como mediação entre as demandas concretas da dinâmica da realidade e a construção de conhecimento no contexto acadêmico e profissional” (Schimansk e Bourguignon, 2012, p. 143). Nesse debate, vestindo-se a lente da totalidade, é possível compreender que

As demandas que aparecem como “jurídicas”, [...] são fetichizadas e ideologizadas no campo do direito, pois elas são essencialmente sociais. Elas



se convertem em demandas “jurídicas” ou de “preservação da paz e a ordem” pela necessidade de controle e manipulação da realidade, de disciplinamento ou normalização de condutas sociais (Fávero, 1999, apud CFESS, 2014, p. 16).

Nota-se que o campo sociojurídico é um espaço complexo, marcado pelas contradições inerentes à sociedade do capital, tensionado pelas requisições institucionais e do Estado de se manter a ordem social e, contraditoriamente, viabilizar direitos à população, realidade que desafia o Serviço Social cotidianamente. Por isso, a interdisciplinaridade, quando efetiva, se faz tão necessária, assim como as dimensões investigativa e socioeducativa no fazer profissional do(a) assistente social.

Jorge e Pontes (2017, p. 179) retomam que a interdisciplinaridade, “refletida no campo da prática, significa dizer que práticas interdisciplinares sugerem uma democratização do conhecimento, que cria novos campos teóricos e até mesmo novas disciplinas”. No caso da UACJS, “temos a interdisciplinaridade como horizontalização das relações entre as disciplinas”, indo contra os conceitos da multidisciplinaridade ou da pluridisciplinaridade, nas quais “não há avanço de fronteiras disciplinares, cada disciplina permanece isolada, sem cooperação e troca de informações profundas.

Ainda na concepção dos autores referenciados,

aproximação e interação entre profissões ou disciplinas científicas visam alcançar e atender as demandas de necessidades humanas geradas pelas expressões da questão social, fundadas nas desigualdades e divisão de classes sociais em disputa no modo de produção capitalista. Portanto, ao atender demandas sociais de um espaço de trabalho, os profissionais atendem necessidades de indivíduos, famílias e comunidades, esse atendimento tem a finalidade de satisfazer uma necessidade humana (Ibidem, p. 180).

Destarte, tem-se a interdisciplinaridade enquanto pilar que fundamenta o trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Jurídico Social, pois permite expandir o olhar da equipe técnica para a leitura da realidade das famílias atendidas, articulando-se conhecimentos e produzindo novos saberes sociojurídicos na busca pela emancipação humana.

## **2.2 O processo de trabalho do Serviço Social e a supervisão de estágio na UACJS**

Sabe-se que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, conforme as prerrogativas do Código de Ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e, ainda, das Diretrizes Curriculares da



ABEPSS<sup>5</sup>, assume um compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora sob o contexto da reiterada negação de seus direitos.

Sabemos que o Serviço Social, historicamente, atua nas múltiplas refrações da questão social, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional, cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do(a) profissional, pelo conhecimento teórico-político é capaz de decifrar seu significado (CFESS, 2012, p. 30).

Sob tal perspectiva, está posto que o exercício da profissão na UACJS é permeado pelas contradições do mundo do trabalho, atendendo às demandas institucionais, dos(as) usuários(as) e, também, dos(as) estudantes do curso de Serviço Social que estagiam na unidade. Ao atuar nessas três frentes, a instrumentalidade da profissão se faz mais que necessária para nortear as ações desenvolvidas. Segundo Guerra (2009, p. 203),

Na afirmação de sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual a sua ação se direcionou. [...] O Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conformam um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional.

Assim sendo, o trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Jurídico Social vem sendo lapidado por certa intencionalidade ética, teórica e política nos atendimentos prestados à população, através dos quais é possível identificar as mais diversas configurações da questão social que, num primeiro momento, apresentam-se como demandas jurídicas, mas, após a realização do Estudo Social, desdobram-se em demandas sociais.

As competências e atribuições desenvolvidas neste âmbito envolvem: o atendimento presencial e telefônico aos(às) usuários(as), assim como o atendimento interdisciplinar entre o Serviço Social e o Direito; a realização do Estudo Social, compreendendo a entrevista social semiestruturada, as visitas domiciliares, a elaboração de relatórios/laudos/informes sociais e a emissão de pareceres técnicos; os encaminhamentos; as orientações socioeducativas; a supervisão de estágio individual/coletiva; o acompanhamento social dos(as) casos/ações; a articulação intersetorial com serviços da rede; a discussão de caso entre a equipe do Serviço Social, assim como com a equipe do Direito; a abertura, organização e o arquivamento de prontuários; a alimentação de planilhas, tais como o Controle de Matrículas, Registro de Usuários e Controle de Relatórios; as pesquisas

<sup>5</sup> Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.



científicas e as produções teóricas; o planejamento, a execução e avaliação dos projetos executados na unidade; entre tantas outras que conformam o cotidiano de trabalho/supervisão.

No contexto da UACJS, é importante ressaltar que a centralidade da atuação do(a) assistente social está na supervisão de estágio em Serviço Social, sendo a dimensão socioeducativa central no processo de formação desses(as) alunos(as). Isso, pois o propósito e a intencionalidade profissionais encontram-se na qualificação da formação dos(as) estagiários(as)/discentes de Serviço Social, e o objeto de intervenção se situa no processo de ensino-aprendizagem oferecido através da supervisão, ancorando-se e fundamentando-se nas formas com que a questão social se revela no cotidiano de trabalho e nas respostas profissionais.

Assim, no cotidiano laboral, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento dos instrumentais no processo metodológico do Estudo Social, a consequente elaboração de relatórios/laudos/informes e a emissão de pareceres técnicos são determinantes para a viabilização do acesso a direitos à população que os têm negados pelas vias administrativas. Todavia, tal desenvolvimento técnico deve ser qualificado para dar conta de se aproximar e conhecer a realidade concreta dos indivíduos, identificar demandas sociais e tomar as providências técnicas necessárias, sendo a práxis indispensável nesse processo. Parte-se da perspectiva de práxis em Marx, a qual “se define por conter nela mesma um núcleo teórico e, ao mesmo tempo, prático, ou seja, ela se dá de forma dialética extraíndo conteúdo de uma prática prévia ou determinando o conteúdo de uma prática posterior” (Silva, 2017, p. 77). Exige-se, ainda, que o(a) assistente social dê conta de materializar a sua intencionalidade nos registros profissionais, traduzindo o direcionamento ético, político, teórico e metodológico que permeia o seu exercício, conforme o preconizado pelo projeto profissional.

Diante dessa realidade complexa e dos indicativos da necessidade de aprofundamento com os(as) estudantes acerca da relação tridimensional que compõe o fazer da profissão, com ênfase na dimensão técnico-operativa, idealizou-se o LABESP, projeto de ensino-aprendizagem que será tratado na seção seguinte.

### **2.3 O Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos – LABESP**

Holliday (2006, p. 234) aponta que “a distância entre teoria e prática só poderá ser resolvida se nós conseguirmos, a partir das práticas concretas, enriquecer o debate teórico, pois este tem sentido na medida em que se ponha a dialogar com a prática”. Nesse prisma, o LABESP foi idealizado enquanto espaço de construção do conhecimento que tem como



proposta viabilizar estudos, debates e discussões, bem como a elaboração de documentos técnicos acerca das expressões da “questão social” que se manifestam através das demandas cotidianas no trabalho do(a) assistente social. Tem como missão contribuir para a formação dos(as) estudantes da graduação de Serviço Social da FCHS/UNESP de Franca/SP, buscando o rompimento com o pensamento conservador, visando fortalecer e qualificar o processo de aprendizagem do(a) aluno(a) e seu preparo para o exercício profissional.

Intitulou-se o Laboratório de elaboração de Estudos Sociais e Pareceres Técnicos considerando que a palavra “laboratório”, originária do latim medieval “*laboratorium*”, remete ao “local de trabalho” onde são feitas experiências. Conforme o dicionário de *Oxford*, é o espaço onde são desenvolvidas atividades que envolvem observação, experimentação e/ou produção de conhecimento num campo de estudo. Assim, o Centro Jurídico Social é a base que favorece a construção do conhecimento e a troca de experiências científicas no processo de ensino-aprendizagem da supervisão em Serviço Social, englobando assistentes sociais da equipe técnica e estudantes da graduação.

A execução do LABESP envolve uma metodologia ativa por meio do método do Estudo de Caso que objetiva articular teoria e prática. Segundo Morán (2015, p. 19), “nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso”.

Assim, sob orientação das supervisoras de estágio, os(as) estagiários(as) desenvolvem o Estudo Social acerca dos casos apresentados previamente (Estudos de Caso), desenvolvendo habilidades para questionar, discutir e trazer soluções para as problemáticas identificadas em matéria do Serviço Social. A partir dos Estudos de Caso elaborados pelas supervisoras, objetiva-se provocar reflexões e direcionar a construção do Estudo Social pelos(as) discentes acerca de casos concretos que revelam as diversificadas manifestações da questão social, abordando, sob a perspectiva crítica, as relações étnico-raciais, de gênero, o mundo de trabalho e seus rebatimentos na classe trabalhadora, a questão ética, os movimentos sociais, o ultraliberalismo ante o modo de produção capitalista, entre tantos outros temas importantes à leitura da realidade social dos indivíduos atendidos na UACJS.

O delineamento das atividades desenvolvidas nesse Laboratório parte, em um primeiro momento, do aprofundamento das concepções de Estudo Social, Relatórios e Pareceres Sociais, além da própria instrumentalidade e instrumentais do Serviço Social. Para tal, as assistentes sociais que compõem a equipe de Serviço Social da UACJS conduzem o primeiro encontro de forma a provocar a aproximação dos(as) estagiários(as) com essas temáticas a partir de referenciais teóricos consolidados dentro da profissão e



sem deixar de considerar a Metodologia Ativa. Nesse sentido, o primeiro encontro é planejado de forma a incentivar que os(as) estagiários(as) busquem e conheçam referências sobre tais matérias, discutam essas concepções coletivamente e opinem na construção da proposta de trabalho que irá nortear os próximos encontros. Tais encontros acontecem, bimestralmente, no decorrer do ano letivo da FCHS/UNESP.

Posteriormente, são formadas duplas de estagiários(as) do Serviço Social e cada dupla recebe um Estudo de Caso (mediante sorteio) para que, então, cada uma elabore um Estudo Social. Ressalta-se ser imprescindível que o referido processo seja desenvolvido pelos(as) alunos(as) de forma que se articule as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que perpassam o trabalho do(a) assistente social, em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão. Ademais, no desenvolvimento do Estudo Social, é necessário apontar o referencial teórico que norteou sua elaboração, bem como as categorias de análise utilizadas, as expressões da “questão social” identificadas e suas “possíveis” respostas no âmbito das políticas públicas. Para tanto, é importante que sejam trazidos dados e informações provenientes de publicações científicas, especialmente, em matéria do Serviço Social, atestando o compromisso com a veracidade das informações e com a ciência.

A cada encontro, uma dupla apresenta o Estudo Social realizado ao grupo que compõe o LABESP e, após a construção coletiva do debate, elabora-se um parecer, tendo por objetivo materializar a opinião técnica, além de exercitar e aprimorar a escrita. Assim, cada dupla deve emitir um Parecer Social referente ao Estudo Social apresentado para que suas análises técnicas sejam analisadas em suas particularidades, objetivando apreender, em conjunto, suas formas de observar e dar respostas às especificidades das demandas que se expressam na realidade social dos(as) usuários.

Parte-se do pressuposto de que a troca de saberes, de experiências e a articulação entre as categorias teóricas - formação, supervisão e exercício profissional - é condição para que se constitua um processo de supervisão de estágio em Serviço Social de modo a contribuir para a efetivação da competência profissional preconizada pelas Diretrizes Curriculares. Além disso, visando enriquecer a interdisciplinaridade, considerando que o LABESP é executado no âmbito da UACJS, os encontros realizados são abertos aos(as) estagiários(as) e profissionais do Direito como forma de potencializar os debates e articular saberes.

### **3 RESULTADOS**

Diante do exposto, faz-se importante compreender a avaliação dos(as) estagiários(as) a respeito do desenvolvimento do LABESP, contexto em que se aplica um



questionário avaliativo para identificar as fragilidades e contribuir a novas estratégias socioeducativas. Assim, no ano letivo de 2023, o questionário obteve 06 respostas que correspondem a 06 estudantes de Serviço Social que participaram do LABESP enquanto estagiários(as) da UACJS. Todas as respostas foram coletadas de forma anônima. Serão tratadas a seguir algumas questões consideradas pertinentes ao presente trabalho e seus resultados, respeitando os aspectos éticos e a proteção aos dados sensíveis.

Na questão que diz *“De acordo com a sua experiência na graduação, você considera que o ensino da relação teoria e prática é suficiente para a formação profissional?”* 85,7% dos(as) participantes consideram que é insuficiente. Na sequência, 85,7% considerou que o foco do ensino na graduação está na *“dimensão teórica”*. Ademais, realizou-se a seguinte pergunta: *“A partir da sua experiência no LABESP, você considera que a metodologia utilizada contribuiu à sua formação profissional?”*, sendo que 100% respondeu que sim.

Ou seja, a partir da sistematização exposta no decorrer desse trabalho, foi possível identificar que a metodologia utilizada no LABESP vem contribuindo, significativamente, à formação profissional dos(as) estudantes/estagiários(as) de Serviço Social, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento de autonomia, evolução na escrita técnica, capacidade de argumentação e reflexão crítica, ampliação dos conhecimentos sobre a rede intersetorial de serviços, políticas públicas, os direitos do(a) usuário(a) a quem se direcionam as atividades da UACJS, além do aprofundamento teórico-prático acerca da instrumentalidade da profissão e de seus instrumentos técnicos no exercício das dimensões que compõem o exercício do Serviço Social.

#### **4 CONCLUSÕES**

O trabalho conjunto da equipe técnica do Centro Jurídico Social, formada por assistentes sociais e advogadas, proporciona aos(às) alunos(as)/estagiários(as) de Serviço Social e Direito, a capacidade de analisar criticamente a realidade social dos(as) usuários(as) assistidos(as), sob uma ótica de totalidade, e possibilita a construção de respostas institucionais mais efetivas às demandas jurídico-sociais apresentadas. Ou seja, numa perspectiva que olha para a realidade a partir da integração de ambas as áreas de conhecimento. Assim, vem sendo possível notar e romper com modelos jurídicos conservadores que integram o campo sociojurídico, inclusive o da UACJS, por conta das contribuições do Serviço Social, sendo imprescindível considerar que tal rompimento se dá de forma recíproca.

Partindo das prerrogativas de um ensino que articula e constrói conhecimentos através dessa relação interdisciplinar no campo sociojurídico, como parte do compromisso da supervisão de estágio com a formação e com a qualificação do ensino em Serviço Social,



tem-se o LABESP enquanto uma real possibilidade e espaço privilegiado a ser explorado como resposta à problemática do ensino deficitário na graduação, principalmente, no que se refere à carência de metodologias que viabilizem o exercício da práxis na perspectiva crítico-dialética.

Tem-se como desafio a busca pela ampliação do LABESP a fim de incluir, também, alunos(as) da graduação do curso de Serviço Social da FCHS que não façam estágio na referida unidade auxiliar e que possam vivenciar essa experiência. A ideia central é qualificar o ensino para a formação de futuros(as) profissionais considerando as exigências tradicionais e contemporâneas do mercado de trabalho perante o atual modo de produção.

Por fim, a partir da sistematização deste trabalho, conclui-se que o tripé do Centro Jurídico Social se pauta no ensino, pesquisa e extensão, tendo ênfase na interdisciplinaridade sociojurídica como base que fundamenta todo o trabalho desenvolvido.

## 5 REFERÊNCIAS

BESSA, D. A. A. **Serviço social no poder judiciário: problematizando a utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional do Assistente Social**. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Feal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2009.

CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. 1ª Ed Ampliada. / Conselho Federal de Serviço Social – CFESS Brasília (DF), 2012.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**. / Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Brasília (DF) | 2014.

FARIA, D. J. **Serviço Social : Mediação e Interdisciplinaridade Elementos Para Reflexão**. In: Trabalho interdisciplinar: construindo saberes. / Mário José Filho e Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira (organizadores). –Franca : UNESP-FHDSS, 2010.

FÁVERO, E. T. **O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária**. In: CFESS (Org.) O Estudo Social em Perícias, Laudos e pareceres técnicos – debates atuais no judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13-64.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. – 7 . ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

HOLLIDAY, O. J. **Sistematização das experiências: algumas apreciações**. In: Pesquisa participante: a partilha do saber / Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck (organizadores). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

JESUS, A. C. O. **A relação teoria e prática no cotidiano profissional dos (as) Assistentes Sociais do HUB**. Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social - Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

JORGE, E. M.; PONTES, R. N. **A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 1, p. 175-187,



jan./jul. 2017. Disponível em: <

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/26444/15750> >. Acesso em: 21/02/2024.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos**. In: Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais / CFESS. Brasília, 2009. Disponível em: <  
<https://drive.google.com/file/d/1PCDoeGkRZSuA88s-tivB3hRiB-S0jUV5/view> >. Acesso em: 21/02/2024.

MORÁN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. [S.l.]: UEPG, 2015. p. 15-33. v. II. Disponível em: <  
[https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando\\_moran.pdf](https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf) >. Acesso em: 21/02/2024.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHIMANSK, E. BOURGUIGNON, J. A. **Interdisciplinaridade e o terreno científico do conhecimento e da prática profissional**. Confluências, vol. 13, n. 1 – páginas 143 a 160. Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012.

SILVA, E. A.; DELGADO, O. C. **O processo de ensino-aprendizagem e a prática docente: reflexões**. Rev. ESPAÇO ACADÊMICO (ISSN 2178-3829), v. 8, n. 2, 2018.

VILLAS BÔAS FILHO, O. **Desafios da pesquisa interdisciplinar: as ciências sociais como instrumentos de “vigilância epistemológica” no campo dos estudos sociojurídicos**. Revista Estudos Institucionais, v. 5, n.2, p. 530-558 – maio/ago, 2019.